

**Museu da Imagem e do Som do Ceará:**  
**políticas culturais e formação de acervo**  
Maria Eliene Magalhães Santos

instituto  
**mirante**

**M**  **S**

MUSEU  
DA IMAGEM  
E DO SOM  
CE



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DA CULTURA

# Museu da Imagem e do Som do Ceará

## políticas culturais e formação de acervo

Maria Eliene Magalhães Santos<sup>1</sup>

### Resumo do artigo

O texto busca refletir sobre a trajetória do Museu da Imagem e do Som do Ceará, sistematizando informações e apontando fontes e dados. O recorte foi pensado a partir do acervo, de situações, decisões políticas e eventos que impactaram sua formação tanto quanto os modos de se pensar sobre ele. Neste sentido, trata dos impactos das políticas de cultura ao longo da história do Museu e de como eles estavam intrinsecamente ligados a projetos políticos mais amplos. Jornais, relatórios, publicações e entrevistas são utilizados para suprir lacunas da documentação oficial, bem como sobre os períodos que o museu esteve fechado.

**Palavras-chave:** Museu; Acervo; Memória; Políticas de cultura

## 1 INTRODUÇÃO

Em seu artigo *Gestão de Museus: o museu no século XXI*, Cândido (2018, p.10) nos lembra que os “museus sempre foram instituições conectadas com o seu tempo e, portanto, é esperado que se transformem e se atualizem pelas demandas sociais”. A nova fase do Museu da Imagem e do Som, iniciada em 2018 com a restauração da casa e início da construção do anexo, culminando com a reabertura ao público em 2022 é demarcada por intensas transformações e suscita reflexões sobre os mais diversos processos que vêm sendo desenvolvidos na instituição.

Aqui, nos deteremos nas questões ligadas à trajetória institucional, considerando as implicações na formação do acervo e as questões que se colocam quando se pensa o papel do Museu na contemporaneidade no intuito de que

---

<sup>1</sup> Mestre em História e Culturas (UECE/PUCRS), Coordenadora de Pesquisa no Museu da Imagem e do Som do Ceará.



exerça sua função social em consonância com as boas práticas museológicas. Para tanto, a trajetória da instituição é tratada a partir de cinco momentos que impactaram a formação do acervo, a atuação do museu em sua relação com a sociedade e com as políticas públicas nos âmbitos local e nacional. O primeiro momento é o ato de sua criação, em 1980; a desativação do Ceres e a criação do Departamento de Audiovisual, em 1988; a implantação do Pólo Audiovisual do Ceará e o Projeto de modernização da cultura, implementado pelo “governo das mudanças” e a reinauguração do MIS em 1996; a implantação e o fortalecimento das políticas de cultura e, especificamente, das políticas museais, a partir de 2003; O projeto MIS | SIM e o Plano de Governo “Os 7 Cearás – O Ceará das culturas” que culminaram com a reabertura do museu, em 2022.

## **2 A CRIAÇÃO DO MIS, O CERES E A FORMAÇÃO DAS PRIMEIRAS COLEÇÕES**

Quando foi criado, em 1980 como uma Divisão do Departamento de Patrimônio e Bibliografia da Secretaria de Cultura, o Museu da Imagem e do Som do Ceará ocupava as dependências da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (hoje Biblioteca Pública Estadual do Ceará). No ato da inauguração, Eduardo Campos, então Secretário de Cultura, ressaltou como objetivos da instituição colecionar e preservar “os mais importantes fatos da vida cearense”.

Naquele momento foram anunciados os convênios que constituíram as primeiras coleções do museu, conforme noticiado no Jornal Correio do Ceará no dia seguinte:

Para aquisição do acervo do museu, a Secretaria de Cultura assinará convênio com a Secretaria de Comunicação Social e Televisão Educativa, para o fornecimento de cópias de filmes e fotografias de todos os acontecimentos importantes, registrados pelos órgãos de Comunicação do Governo. Também, com a colaboração direta com o Centro de Referência Cultural, será gravada em cassete, ou qualquer outro processo, inclusive cinematográfico, exibições culturais do povo cearense, notadamente as manifestações coletivas, não deixando de documentar pronunciamentos de visitantes ilustres, líderes da comunidade, homens públicos, artistas de renome, etc.(JORNAL CORREIO DO CEARÁ, 1980)

Os espaços e equipamentos com os quais o novo museu passava a contar eram destinados à coleta de entrevistas com artistas, políticos, intelectuais, esportistas, dentre outros. Para além das histórias de vida, os registros tinham como tema ainda assuntos específicos como o futebol, o maracatu, a seca, a literatura, os movimentos políticos e sociais etc. Nas imagens abaixo, a diretora Gilka Bastos com os artistas Roberto Galvão e Sérvulo Esmeraldo nas dependências do MIS.

Podem ainda ser visualizados os equipamentos e estúdios de gravação do Museu, na época considerados equipamentos modernos.

Figura 1. Roberto Galvão, Sérvulo Esmeraldo e Gilka Bastos nos estúdios do MIS CE.



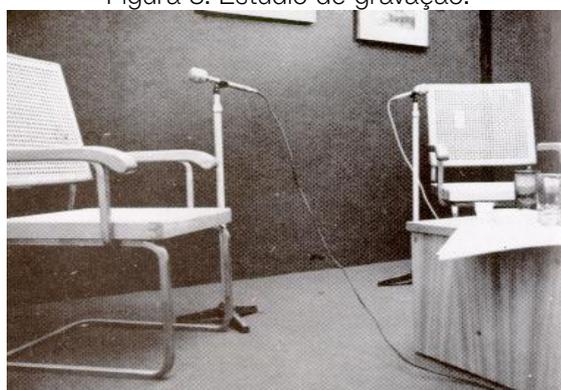
Fonte: Acervo MIS. 1981.

Figuras 2 . Equipamentos de gravação.



Fonte: Acervo MIS. 1980

Figura 3: Estúdio de gravação.



Fonte: Acervo MIS. 1980

A documentação sobre o museu nestes primeiros anos é escassa, mas é possível apreender pelos relatos orais e notícias, que embora tenha contado com um espaço próprio e equipamentos, o MIS não tinha recursos e uma equipe regularmente contratada. Ainda conforme notícias da inauguração, o projeto de criação do museu, executado pela então Secretaria de Cultura e Desporto, era “uma das metas do Plameg II<sup>2</sup> e mantém convênios com a Secretaria de Comunicação Social, TV Educativa e Secretaria de Educação e Cultura do Município.” (Jornal O Povo, 1980)

Os recursos vinham por projetos específicos, financiados pela administração direta, nos âmbitos estadual e federal. Compondo um programa de governo, considerando as dinâmicas políticas do período em questão, é possível pressupor que os recursos e o comprometimento com a continuidade do projeto tenham arrefecido ao final do mandato de Eduardo Campos à frente da Secretaria de Cultura no governo de Virgílio Távora. Em entrevista, Otávio Menezes<sup>3</sup> informa que quando assumiu a coordenação do Ceres, em 1983, o museu já estava desativado. O acervo e alguns equipamentos sonoros estavam guardados numa sala do segundo pavimento da Biblioteca Pública Menezes Pimentel, que funcionava em frente à sede do Ceres.

Embora o Museu tenha sido reativado no governo seguinte<sup>4</sup>, inserido em outro grande projeto político, a lacuna entre um período e outro, bem como a falta de constância e recursos para as atividades de conservação (que deveriam ser cotidianas), impactaram diretamente o acervo, visto que o mesmo não contava com tratamento e acondicionamento adequados, permanecendo sem atividades até 1989.

O que se tinha como acervo constituído até aquele momento provinha de convênios, do material produzido pelo próprio museu e pelo acervo do Ceres, que foi incorporado ao MIS após sua extinção. Vale nos debruçarmos sobre este último, visto que mesmo depois de desativado, a natureza das atividades desenvolvidas por ele influenciou a atuação do MIS nos anos subsequentes. Os documentos que tratam da inauguração já apontam a intrínseca relação do museu com o Centro de Referência Cultural do Estado.

---

2 Plano de Metas do Governo Virgílio Távora (1979–1982).

3 O historiador e pesquisador Otávio Menezes coordenou o Ceres 1983 a 1988 foi diretor do MIS de 1988 a 1992.

4 No primeiro mandato de Tasso Jereissati como governado, de 1987 a 1991 o projeto de implantação de um Pólo de Cinema no Ceará ganhou força.

O Museu da Imagem e do Som, juntamente com o Centro de Referência Cultural tem como objetivo a preservação, por meios audiovisuais, de fatos e manifestações culturais, vivenciados na comunidade cearense em seus múltiplos aspectos sociais, políticos, religiosos e artísticos. Fica ao encargo do Museu documentar a palavra e a imagem de quantos forem reconhecidos como componentes importantes da forma organizacional da sociedade, em vários segmentos. Já o Centro de Referência Cultural documentará os fatores nitidamente vocacionais, naturais da criatividade popular em todas as áreas de atuação. (JORNAL CORREIO DO CEARÁ, 1980)

O Ceres atuava desde a década de 1970, realizando mapeamento cultural do Estado por meio de coletas, entrevistas e registros do patrimônio cultural cearense. Contou com a participação de diversos pesquisadores e produziu um rico acervo sobre os saberes e fazeres ligados à cultura tradicional popular. Sua atuação deu-se no contexto da criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), fundado em 1975, que tinha como intuito referenciar elementos formadores da cultura e identidade brasileiras, com pesquisas voltadas para as mais diversas matrizes culturais.

A experiência do Ceres contribuiu para a formação de pesquisadores e intelectuais cearenses das mais diversas áreas, como Oswald Barroso, Maurício Albano, José Carlos Matos, Olga Paiva, Norma Colares, Roberto Aurélio Lustosa da Costa, Rosemberg Cariry, Otávio Menezes, Sylvia Porto Alegre, Gilmar de Carvalho. A diversidade de olhares dos pesquisadores advindos das mais diversas áreas (ciências sociais, história, filosofia, música, teatro, fotografia e artes plásticas), possibilitou que as atividades do projeto, inicialmente focadas somente no artesanato, se expandissem para a documentação e pesquisa de outras manifestações culturais, como a literatura de cordel e diversas festas e folguedos populares. Ao serem incorporadas ao MIS, as atividades realizadas pelo Ceres nortearam muitas das ações realizadas pelo museu, o qual manteve projetos não apenas no intuito de registrar tais processos e manifestações, mas de tornar-se espaço de referência nos âmbitos da pesquisa e preservação do patrimônio cultural.

A transição entre a desativação do Ceres e a criação do Departamento de Audiovisual, entretanto, não foi um processo imediato. O incêndio ocorrido na Biblioteca Pública em 1987, embora não tenha atingido o acervo do MIS, já então desativado, o deixou sem sede até 1989, quando foi reativado e instalado numa sala do prédio do Departamento de Audiovisual. Considerando que o MIS passa, a partir do final dos anos 1980 a compor a estrutura deste departamento, vale retomar este contexto.

### 3 O MIS NO CONTEXTO DO GOVERNO DAS MUDANÇAS: O PÓLO DE CINEMA

A criação do Departamento de Audiovisual demarcou o início de um projeto implantado pelo “Governo das Mudanças” no final da década de 1980 e início dos anos 1990, quando a cultura passava a ser tratada estrategicamente como política pública ligada à modernização urbana brasileira.

Naquele momento, o projeto político implantado pelo “Governo das Mudanças” estava se sedimentando no Ceará. Segundo Barbalho (2005), para este governo a articulação entre industrialização, turismo e, por extensão, a cultura, desempenhou um papel importante no processo de desenvolvimento econômico e social do Estado e na consolidação da imagem de um Ceará moderno.

Neste sentido, a atuação de Violeta Arraes à frente da Secretaria de Cultura possibilitou o estabelecimento convênios nos âmbitos nacionais e internacionais, realizando projetos estruturantes para a cultura cearense. A secretária foi identificada como responsável por “sedimentar uma cultura cosmopolita”. Conforme Barbalho (2007),

...a nova Secretária de Cultura trouxe definitivamente o pólo de cinema para dentro da estrutura governamental. Assim, oficializou o projeto e institucionalizou as reivindicações dos cineastas, que passaram, alguns deles, a responder pelo setor dentro do Governo. A partir desse momento, o cinema tornou-se parte da política cultural do Estado, inclusive com a criação do Departamento do Audiovisual da Secult. (BARBALHO, 2007, p. 11)

Em publicação comemorativa sobre dos 40 anos da Secult, mais informações sobre a criação do novo Departamento:

Em 1998, as mudanças administrativas de Tasso Jereissati na pasta da Cultura desativam o Ceres, unidade que trabalhava especialmente com documentação audiovisual enfocando a Cultura Popular, constituindo um novo departamento, o de audiovisual. O Departamento seria formado por uma Divisão Técnico Audiovisual, Divisão de Apoio à Produção e Difusão do Audiovisual e a Divisão da Preservação da Memória Cultural e das Artes Visuais.

O projeto do novo departamento era pretensioso, mas contava com a simpatia da então Secretária de Cultura Violeta Arraes, e estaria encarregado de definir uma política para o audiovisual, promovendo, apoiando e difundindo atividades ligadas ao cinema e vídeo. Ele oferecia suporte para a formação do chamado “Pólo de Cinema e Vídeo do Nordeste” que se pretendia implantar no Estado. (SANTOS; GUEDES, 2006, p.81)

Percebe-se como as políticas culturais que estavam se consolidando naquele momento tocaram a realidade do museu. Compondo a estrutura do Departamento de Audiovisual, o MIS, a Videoteca e a Filmoteca compunham a Divisão de Preservação da Memória Cultural e das Artes Visuais. Ainda segundo esta publicação, de 1989 a 1991 o museu trabalhou na organização dos documentos de seu acervo e, integrado às demais unidades desta divisão, passou a elaborar uma série de atividades relacionadas à área.

Otávio Menezes informa que, naquele período, a equipe de trabalho consistia em 7 pessoas, divididas entre as três unidades de conservação para executar todas as tarefas. (1 coordenador da filmoteca, 1 coordenador videoteca, 1 coordenador do MIS e 1 produtor) e contava-se com mais 3 funcionários administrativos. As três unidades funcionam no mesmo endereço e os recursos destinados ao Departamento pelo Estado era dividido entre as 3 unidades.

Na nova sede, no prédio defronte ao Palácio do Abolição, onde hoje (2023) está localizada a vice-governadoria, o acervo que já contava com o material produzido pelo Ceres (composto de fotografias, cromos, entrevistas, documentários em fitas de vídeo, cordéis, livros etc.) recebeu ainda, para ampliar seu acervo, cerca de 900 rolos de fita de cinema, filmes culturais de séries como “Notícias do Mundo”, “Linguagem dos Animais” e “ABC do Esporte”, em 16 mm, distribuídos durante a década de 1970, para as televisões brasileiras.

Em entrevista concedida ao historiador Roberto Sabino, o ex-diretor trata das contribuições do intelectual Marcondes Rosa e dos grupos se articulavam em torno do fortalecimento do audiovisual no Ceará e de como o MIS estava inserido neste processo.

Então, se juntou esse bloco como o bloco do pessoal da Universidade que tinha interesse em fazer o Festival de Cinema no Ceará. E veio da. para a Secretaria de Cultura, em oitenta e sete, oitenta e oito, o Marcondes Rosa, né? Que era professor da Universidade, lá e tal... Conhecido. Todo mundo que fez o básico lá, conhecia o Marcondes Rosa. E ele veio pra ser essa pessoa de fazer um link aqui do cinema. É tanto que se criou, nesse período o Departamento de Audiovisual, que não existia. E o Departamento de Audiovisual fundiu o MIS com o CERES. E trouxe pra cá, com o nome de MIS, né? Museu da Imagem e do Som, uma unidade para o Departamento de Audiovisual. Então o MIS funcionou como uma unidade de um departamento que tinha o interesse no cinema, mas não tinha o interesse voltado para resguardar esse material. (Menezes, 2009)

Ainda sobre este contexto, no mesmo sentido que a análise de Menezes, ao tratar das continuidades e rupturas na construção das políticas para o audiovisual no Ceará, Barbalho retoma acontecimentos políticos no âmbito nacional e local que impactaram diretamente as políticas culturais que estavam sendo implantadas naquele momento:

... em 1990, ocorreu o “desmanche da cultura” promovido pelo governo Collor com a extinção do Ministério da Cultura e seus vários órgãos, institutos, fundações etc.. Um dos principais atingidos pela medida foi o cinema, que dependia quase que inteiramente dos recursos federais para existir. A crise institucional no campo cultural brasileiro teve conseqüências diretas no plano estadual. A Secult, sem os órgãos federais como a Embrafilme e a Fundação do Cinema Brasileiro, se viu sem condições de viabilizar alguns de seus projetos. Este momento de crise coincidiu com a posse de Ciro Gomes no Governo do Estado (1991-1994) e a substituição de Violeta Arraes pelo publicitário Augusto Pontes em 1991. Pelos jornais, é possível perceber que os cineastas e videomakers não esperavam mais a criação do pólo e se empenhavam em produzir seus trabalhos contando com o mínimo apoio governamental. Foi preciso que um novo Secretário de Cultura, o também publicitário Paulo Linhares, assumisse em 1993 o lugar de Pontes para que o projeto do pólo de cinema ganhasse força novamente. Barbalho, 2007, p 11-12

A partir dos depoimentos acima, quando analisamos os registros do período sobre a realidade do acervo do MIS enquanto unidade do Departamento de Audiovisual, temos indícios do porque mesmo com este vínculo, as atenções estavam voltadas para a produção de cinema, canalizando os recursos. O Museu funcionava com poucos recursos e pessoal. Em 1995, mais uma vez, o MIS estava desativado e sem sede. As notícias sobre as condições do acervo e sobre o anúncio de recursos para o projeto de reestruturação do Museu publicadas no jornal Tribuna do Ceará, em 05 e 07 de setembro de 1995, respectivamente. O novo projeto se efetivou no ano seguinte, quando o Museu foi reaberto sua atual sede, localizada na Avenida Barão de Studart, 410.

Ainda conforme Barbalho, o projeto do pólo de cinema estava ganhando força novamente, sob novas perspectivas. A reabertura do MIS em 1996, entretanto, insere-se não somente no contexto de implantação deste projeto, mas das políticas de cultura que se fortaleciam naquele momento.

#### **4 A REINAUGURAÇÃO DO MIS E AS POLÍTICAS DE CULTURA (1996-2006)**

Embora ainda profundamente ligado ao audiovisual, o MIS é reinaugurado compondo um conjunto de ações que refletiam uma perspectiva de cultura como eixo estruturante e estratégico. A atuação da Secretaria, na gestão de Paulo

Linhares<sup>5</sup>, promoveu a criação de um calendário de grandes eventos estruturantes, como o Cine Ceará e o Festival de Teatro de Guaramiranga, articulou a criação e implantação de leis de incentivo à cultura, e mobilizou diversas fontes de recursos para a formação no campo da cultura. Em entrevista para a publicação de 40 anos da Secult, ele relata:

O primeiro diagnóstico que eu fiz é que os equipamentos da secretaria ainda não tinham condições de funcionamento adequado. A própria secretaria não tinha pessoal adequado. Depois, da criação de uma infra-estrutura para que a gente pudesse funcionar, em todas as áreas. Segundo, essa questão da formação. Eu achava que a gente tinha que ter uma escola, que as universidades não tinham modelo de formação na área da cultura. (Santos; Guedes, 2006)

O Museu da Imagem e do Som do Ceará estava entre os equipamentos reestruturados. Além de uma nova sede, o museu passa a contar com equipamentos e laboratórios com tecnologia de ponta, sistemas de catalogação e pesquisa, além da contratação de profissionais. Vale dizer que na nova sede funcionam ainda o recém-criado Bureau de Cinema e vários dos cursos do Instituto Dragão do Mar.

Figura 5: Sala do Bureau de Cinema e Vídeo.



Fonte: Acervo MIS. 1996

A despeito das mudanças de governo do Estado e de secretários de Cultura, que impuseram suas marcas, pode-se dizer que houve relativos traços de continuidade, pelo menos nas políticas de cultura que tocavam o museu.

Paulo Linhares esteve no governo Ciro Gomes (de 1993 a 1994) e permaneceu no mandato de Tasso Jereissati (1995 a 1998), sendo sucedido por Nilton Almeida,

---

<sup>5</sup> Paulo Linhares atuou como secretário de Cultura de 1993 a 1998.

que à época compunha a equipe de Linhares. No novo mandato, embora tenha havido um rompimento (entre Linhares e Almeida) que resultou na reorganização da estrutura administrativa e de poder da Secult, houve a continuidade de projetos em andamento e a manutenção do Instituto Dragão do Mar, a partir dali sob nova direção<sup>6</sup>.

A gestão de Lúcio Alcântara (2003–2007), sucessor de Tasso Jereissati, teve Cláudia Leitão à frente da Secretaria de Cultura. Em certa medida, visto tratar-se de um governo do mesmo espectro político, não promoveu rupturas nos projetos já executados pela secretaria. Muitas das políticas e projetos se consolidaram e outros foram implantados. No que concerne ao MIS, houve uma grande aproximação com a Secretaria. Neste momento, foi proposta de forma mais sistematizada uma missão para o museu, que por meio de parcerias e convênios com outras instituições realizou diversos projetos de programação, publicações, exposições e formações.

Conforme delineado no Plano Estadual de Cultura daquele governo, as diretrizes dos investimentos apontavam para o desenvolvimento da economia da cultura e interiorização das ações da Secretaria. Neste período os equipamentos da Secult contavam com outra forma de financiamento das programações culturais e projetos, via Fundo Estadual de Cultura (FEC)/ Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (MAAP). O planejamento anual possibilitava a realização de uma grade de programação e projetos de salvaguarda. Para além dos recursos diretos, haviam os editais. É deste período, por exemplo, o projeto de digitalização de fitas K7 do Acervo do Ceres.

A atuação da Associação de Amigos do Museu da Imagem e do Som – AMIS, bem como das associações de outros equipamentos possibilitou a elaboração e execução de projetos que concorreram a editais estaduais e federais que ocorriam com regularidade à época, tais como: Petrobras, Caixa, BNDES, dentre outros. Por meio da AMIS, por exemplo, um grande projeto da Secretaria de Cultura foi realizado. O projeto Secult Itinerante, além de ações de programação e mapeamento em diversos municípios do interior, gerou um grande acervo, hoje sob a guarda do MIS.

A visibilidade que o museu alcançou naquele momento com sua programação, projetos e produtos gerou mais acervos, especialmente após a

---

<sup>6</sup> Silas de Paula assume a direção do Instituto Dragão do Mar de 1999 a 2003.



chamada pública, realizada ainda no contexto da reabertura, para que a população realizasse doações de objetos. Vale ressaltar que não havia uma diretriz para novas aquisições e, dada à falta de critério e coesão entre as coleções, foi potencializado o descompasso entre o fluxo de entrada, o tempo de processamento técnico e a quantidade de profissionais dedicados à atividade. Uma análise aprofundada sobre esta situação é feita no diagnóstico museológico realizado pela museóloga Manuelina Duarte Cândido, diretora do MIS de 2007 a 2008.

Segundo relatórios internos, em 2006 o Museu estimava que seu acervo composto por diversas tipologias e suportes (Discos de vinil, discos goma laca, fitas k7, fitas VHS, CDs, DVDs, Fitas áudio em rolo, equipamentos de reprodução de áudio e vídeos, câmeras fotográficas, Fotografias em papel, negativos, diapositivos, películas de 8, 16 e 35mm, documentos, livros, cartazes...) fosse em torno de 157.605 itens. 131.613 a mais que em 1998, quando o total de acervo era estimado em 25.992 itens, significando um aumento de aproximadamente 600%.

O diagnóstico museológico de 2008 foi o primeiro movimento em direção à elaboração de um plano museológico e de uma política de acervos para a instituição, e pode ser inserido também em um contexto mais amplo, amparado em práticas e políticas específicas para o campo museal, implantadas na primeira década dos anos 2000 em âmbito local e nacional.

## **5 O MIS E AS POLÍTICAS DE MUSEUS**

As iniciativas estavam alinhadas a um movimento de profissionalização do campo que promoviam formações por todo o país. Assim, ao entender que as conquistas e retrocessos no campo museal, nos âmbitos local e nacional, bem como a forma como a dinâmica das políticas públicas para a cultura, perpassam a história do museu, cabe uma breve contextualização.

No âmbito nacional, a elaboração e implantação da Política Nacional de Museus (2002), a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais- DEMU (2003) – posteriormente substituído pelo Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (2009) –, a implantação do Sistema Brasileiro de Museus –SBM (2004) e do Sistema Estadual de Museus (2005) foram conquistas e processos que possibilitaram a profissionalização, bem como a capilaridade das ações por meio da atuação nos Estados e Municípios, que posteriormente fortaleceram seus próprios sistemas e redes (Estaduais e Municipais).



A primeira década dos anos 2000 foi de importantes conquistas para o campo dos museus e em especial no MIS, quando foram sendo aos poucos implantados processos museológicos e levantadas questões anteriormente não consideradas sobre a gestão do museu e especialmente sobre o acervo. Quando assumiu a direção do MIS em 2007, Manuelina Cândido buscou implantar processos museológicos alinhados a práticas mais contemporâneas. Embora não tenham sido implantadas durante sua gestão (pouco mais de um ano), as diretrizes apontadas no documento orientaram muitos dos processos e iniciativas no intuito de se organizar e pensar o acervo.

Durante sua gestão foram feitos os primeiros movimentos no sentido de implantação de novos procedimentos museológicos, dando-se início à reorganização do museu, de uma revisão da política de recebimento de doações, revisão e contagem do acervo, da documentação, da criação de um núcleo pedagógico e a definição de uma programação regular. O MIS parou de receber doações até realizar um diagnóstico do acervo sob sua guarda.

O MIS e a maioria dos museus cearenses, estava se transformando pouco a pouco. As iniciativas de profissionalização do campo, bem como a implantação de novos procedimentos e conquistas políticas esbarravam ainda na quantidade de profissionais, nos vínculos temporários e nos recursos ainda insuficientes. Assim, as gestões que a sucederam oscilaram em movimentos de continuidade e rompimento com (boas) práticas museológicas, em grande medida pela falta de condições de levar a cabo as iniciativas, pela ausência de recursos ou de profissionais. Destacam-se, entretanto, algumas iniciativas.

- Na gestão de Miguel Ângelo Azevedo (que a sucedeu o produtor Danilo Costa que havia assumido interinamente após a saída de Manuelina Duarte) foi iniciada uma pesquisa sobre a memória institucional, que embora não tenha gerado uma publicação, realizou importantes entrevistas com profissionais que atuaram no museu em diferentes momentos de sua história.
- Em 2009 foi formado um Conselho Consultivo que se reunia regularmente para discutir temas ligados ao museu, seu acervo e a criação de uma política de descarte.
- Aquisição de Arquivos deslizantes para a Reserva Técnica em 2009, possibilitando o melhor acondicionamento do acervo;
- Em 2015, na gestão de Dilmar Miranda, foi realizado o Fórum de

Expressões e Linguagens, que buscou discutir com representantes da sociedade questões ligadas aos acervos e à missão do museu.

Em 2014, o MIS já contava com escassos recursos para a manutenção de sua programação e projetos, bem como o prédio precisava de reparos urgentes. O tombamento da casa em 2015 e o início das obras de restauro demarcam novas perspectivas que vinham se delineando para o museu. Ainda durante o processo de restauro, foi assinada pelo então governador, Camilo Santana, a ordem de serviço para o prédio anexo, concretizando assim um dos primeiros passos do novo projeto para o MIS, que culminaria com sua reabertura em 2022.

Figura 5: Assinatura da Ordem de serviço para início da obra de construção do anexo do MIS

**Novo Museu da Imagem e do Som: Governo do Estado do Ceará e a Prefeitura de Fortaleza assinaram a ordem de serviço para início da obra de construção do novo edifício do equipamento cultural**

Qua, 06 de Junho de 2018 19:30



Fonte: Site da Secult. 06/06/2018.

## 6 O MIS | SIM

Na contramão das políticas culturais no âmbito federal, desestruturadas a partir de 2019, no Ceará houve a manutenção de políticas e investimentos em cultura. No governo de Camilo Santana, que teve como Secretário de Cultura Fabiano Piúba<sup>7</sup>, houve a convergência de fatores como a consolidação de políticas culturais e a conjunção de forças políticas em torno de projetos para a área. A compreensão do papel estratégico da cultura como vetor de desenvolvimento econômico, social e humano vem sendo apontado nos Planos Estaduais de Cultura dos últimos anos e, conforme as políticas culturais vêm sendo institucionalizadas e fortalecidas, vem consolidando iniciativas de formação, profissionalização e geração de emprego e renda ligados à produção e difusão cultural.

<sup>7</sup> Camilo Santana foi governador do Ceará de 2015– 2022. Fabiano Piúba foi Secretário de Cultura de 2016– 2022.

A reabertura do Museu da Imagem e do Som, em 2022, insere-se neste conjunto de ações que envolve três grandes projetos de infraestrutura cultural do governo do Estado: o MIS (que além de ter o prédio restaurado passou a contar com um prédio anexo, com reservas técnicas, laboratórios e equipamentos de alta tecnologia), o Centro Cultural Cariri e Complexo Cultural Estação das Artes, composto pela Pinacoteca do Ceará, Mercado Gastronômico, Centro de Design e Museu Ferroviário.

A partir da reabertura, o Museu passou a ser gerido pela pelo Instituto Mirante de Cultura e Arte, Organização Social responsável pela execução do Contrato de Gestão firmado com a Secult. Além das novas instalações e equipamentos, houve a contratação de profissionais que hoje atuam nas mais diversas áreas: Acervo e pesquisa, Educação e Formação, Comunicação e Inovação, Administrativo Financeiro/Operacional, Difusão e Ação Cultural, Tecnologia da Informação e Laboratórios.

É um momento ímpar na história do Museu que conta com equipe e recursos para executar projetos, encaminhar soluções propor e implementar diretrizes para a atuação nos próximos anos. Tal realidade permite que o Museu avance na solução de um dos principais desafios, conforme apontado nos diagnósticos realizados desde 2008: a elaboração de uma política de acervos. Considerando o volume, estado de conservação e alinhamento com a missão da instituição, muitas são as questões que se interpõem.

Pela natureza de seu acervo, tipologia de museu (imagem e som) e considerando as formas como o mesmo foi constituído ao longo das últimas quatro décadas, podemos inferir que o MIS, por meio de suas coleções, conecta pelo menos quatro gerações, intensas transformações políticas, sociais e tecnológicas.

Em uma instituição de memória, cujo acervo possui um potencial significativo na construção de identidades e referências culturais, espera-se que haja debates sobre as reivindicações de diferentes grupos nos processos de produção, consumo e preservação dessas memórias.

Os recortes/ molduras/ enquadramentos das mais diferentes realidades e culturas são mediados por percepções e abordagens oriundos de um lugar social e político. Mais do que ser representados, as comunidades têm reivindicado e ocupado mais e mais lugares dos dois lados das câmeras, dentro e fora dos



museus. Mais do que somente expectadores em exposições, é reivindicada a participação na produção do conhecimento e nos processos de musealização das coleções.

Neste contexto, vale destacar a implantação de programas pautados por políticas afirmativas e inclusivas, resultado de demandas sociais por representatividade na política e nas instituições culturais. As ações em torno de práticas de memória e patrimônio que fomentaram a criação e permanência de muitos museus comunitários e demais projetos de salvaguarda reverberam na profusão de iniciativas que apontam a crescente apropriação de grupos e comunidades em torno da construção e preservação de suas memórias e nas lutas pelo direito de se verem representados em espaços coletivos nos quais historicamente estiveram relegados ao esquecimento.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este texto propõe um exercício de reflexão sobre os processos, sistematização das informações, apontamento de fontes e dados. O recorte foi pensado a partir do acervo, de situações, decisões políticas e eventos que impactaram sua formação tanto quanto os modos de se pensar sobre ele. Muitas são as abordagens e recortes quando se escreve sobre um tema. E muitas são as lacunas ainda sendo preenchidas quando se trata da história desta instituição. Em mais de 40 anos, muitas foram as pessoas que passaram pelo museu, assim como o museu passou por vários lugares. Na impossibilidade de identificar todos, vale citar o perfil profissional dos gestores, visto que a atuação dos mesmos em alguma medida tem impacto na atuação do museu, na formação de suas coleções e nas articulações em torno da execução de políticas culturais.

Gilka Bastos (1980 A 1988); Otávio Menezes (1988 A 1994); Cristiana Parente (1996 –Início de 1997); Daniele Parente (Março a Dezembro de 1997 –Interina); Elisa Günther (Dezembro de 1997 a Março de 1998); Oswald Barroso – (1999 a 2002); Gilmar Chaves (2003 a 2006); Manuelina D. Cândido (Maio de 2007 a Junho de 2008); Danilo Costa (Junho a Dezembro de 2008 –Interino); Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) e Michel Platini Fernandes (2009); Miguel Ângelo de Azevedo (Nirez) (2010 – Dezembro de 2013), Dilmar Miranda (Março de 2014 – Agosto de 2017), Francisco O. Aragão (Setembro de 2017 – 2018), Silas de Paula – (2019– 2021); Silas de Paula e Zoraia Nunes (2021– Atual). As diversas áreas de atuação dos gestores (fotografia, cultura popular, teatro, música, audiovisual, museologia, literatura, história) reflete a amplitude do que pode ser compreendido como dentro



do escopo do que seria um acervo ligado à imagem e som e é mais um dado quando se pensa a formação do acervo do MIS.

Outro ponto que pode ser colocado em perspectiva é a natureza dos acervos, cujos conteúdos são intrinsecamente ligados a dispositivos tecnológicos e processos cada vez mais rápidos de obsolescência que requerem atualização periódica para que continuem acessíveis. Nos três principais momentos em que o museu recebeu grandes investimentos em tecnologias (1980, 1996 e 2022), foram potencializadas as possibilidades de guarda e acesso a conteúdos em formatos obsoletos. A rápida obsolescência, o volume de itens e a necessidade de constância nas atualizações tecnológicas requerem recursos e planejamento e isso significa continuidade nas políticas públicas e desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade. E isso não se consegue sem que o MIS tenha uma relevância social que justifique investimentos.

Feitas as considerações em torno da trajetória de formação do acervo, das políticas de cultura, da natureza das coleções e do atual momento do museu, voltamos novamente à provocação do início do texto e à urgência de uma política de acervos que possibilite que, quatro décadas após sua criação, o Museu esteja conectado com seu tempo e promova as transformações que se façam necessárias para que continue atendendo as demandas reivindicadas pela sociedade.

## REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. A modernização da cultura: políticas para o audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes (Ceará: 1987–1998). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2005. (Coleção Nossa Cultura, v. 1).

BARBALHO, Alexandre. A Política para o Audiovisual no Ceará: continuidades e rupturas. Revista O público e o privado, Fortaleza, n. 9, jan./jun. 2007.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Diagnóstico museológico. Fortaleza: Museu da Imagem e do Som do Ceará, 2008.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. Gestão de museus: o museu do século XXI. In: VILELA, Sheila Elias; PIRES, Márcia (Orgs.). O museu e seus saberes. Goiânia: Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás (SEDUCE), 2018. p.10–19



MENEZES, Otávio. [Entrevista concedida a] Roberto Sabino. Fortaleza: Museu da Imagem e do Som do Ceará. 2009.

MENEZES, Otávio. [Entrevista concedida a] Virgínia Pantaleão. Fortaleza: Museu da Imagem e do Som, 2020.

MUSEU da Imagem e do Som vai preservar a memória cearense. Jornal Correio do Ceará, Fortaleza, 03 dez. 1980.

MUSEU vai documentar som e imagem do Ceará. Jornal O Povo, Fortaleza, 03 dez. 1980.

CEARÁ. Secretaria da Cultura. Plano Estadual da Cultura: 2003–2006. Fortaleza: Secult, 2006. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2013/01/plano-estadual-da-cultura-2003-a-2006.pdf>. Acesso em: 15/07/2023

BRASIL. Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus: memória e cidadania. Ministério da Cultura: Brasília, 2003.

SANTOS, Fabiano dos; GUEDES, Mardônio e Silva. 40 anos da Secretaria de Cultura: memória e documentos históricos. Fortaleza: Secult, 2006. (Coleção Nossa Cultura. Série Documenta).

SANTOS, Fabiano dos; GUEDES, Mardônio e Svilva. 40 anos da Secretaria de Cultura: a história da Secult por seus secretários. Fortaleza: Secult, 2006. (Coleção Nossa Cultura. Série Documenta)

SANTOS, Fabiano dos; GUEDES, Mardônio e Silva. 40 anos da Secretaria de Cultura: os equipamentos Culturais. Fortaleza: Secult, 2006. (Coleção Nossa Cultura. Série Documenta).



**Museu da Imagem e do Som do Ceará:**  
**políticas culturais e formação de acervo**  
Maria Eliene Magalhães Santos

instituto  
**mirante**

**M**  **S**

MUSEU  
DA IMAGEM  
E DO SOM  
CE



**CEARÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
SECRETARIA DA CULTURA